

**AO ILMO. PREGOEIRO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA.**

**REF:PREGÃO ELETRONICO Nº PE 10/2014**

**I - DOS FATOS**

Trata-se a presente impugnação ao Edital Pregão Eletrônico nº 10/2014, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes diversos (*fragmentadora de papel*).

Ao proceder à análise do mencionado ato convocatório, a Impugnante constatou a existência de irregularidades que necessitam obrigatoriamente ser excluídas e/ou alteradas, visando, acima de tudo, e em estrita observância aos princípios norteadores das licitações, resguardar o regular prosseguimento do procedimento licitatório.

Ressalta-se que a falta de algumas informações na presente contratação irá ocasionar o recebimento de fragmentadoras frágeis, que irão gerar problemas de custo de manutenção com pouco tempo de uso.

Isso porque, as fragmentadoras são equipamentos que não fazem parte da rotina de compra de um departamento ou mesmo de um pregoeiro e sua equipe de apoio, o que dificulta a composição do termo de referência e avaliação mais criteriosa sobre a necessidade e importância de certas características em máquinas de destruir informações, cd's, grampos, clipes e cartão de crédito.

A impugnação ao Edital é prevista em lei como um **direito** do licitante de ver esclarecidos pontos que ficaram obscuros ou ausentes no Edital e não

como uma forma de crítica pessoal aos agentes responsáveis pela licitação ou como uma denúncia de improbidade administrativa.

Diante disso, certo da habitual atenção deste ilustre Pregoeiro e confiante no habitual **bom senso** da *Presidência da República*, a Casa das Fragmentadoras Comércio de Máquinas Eirelli – ME, **requer sejam analisadas e, posteriormente, alteradas as irregularidades encontradas a fim de que a presente licitação possa transcorrer normalmente**, sem que sua legalidade possa vir a ser futuramente contestada.

## **II – DA OBRIGATORIEDADE LEGAL DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA E COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA - DECRETO Nº 7.174/2010.**

Ao analisar o Edital em comento, a Impugnante notou ausência da exigência legal de Certificação de Segurança ao usuário e instalações e Certificado de Compatibilidade Eletromagnética de acordo com as normas IEC 60.950 e 61.000, os quais deverão ser emitidos por laboratórios credenciados pelo INMETRO.

No caso de os equipamentos serem importados, para que seja mantido o princípio da ampla concorrência, referidas certificações deverão ser emitidas por laboratórios estrangeiros acreditados pelo INMETRO, em razão do acordo de reconhecimento mútuo ([www.ilac.org](http://www.ilac.org)) do International Laboratory Accreditation Cooperation – ILAC, do qual, o Brasil é signatário [www.inmetro.gov.br/credenciamento/reconhecimentointer.asp](http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/reconhecimentointer.asp)

Diante disso, verifica-se que o presente instrumento convocatório não foi elaborado conforme determina o Decreto nº 7.174/2010, que exige, obrigatoriamente, que os editais prevejam referidas certificações regulamentadas pela Portaria 170/2012 do INMETRO, senão vejamos:

*Decreto 7174/10 - Art. 3º: Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente:*

*II - as exigências, na fase de habilitação, de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:*

*a) segurança para o usuário e instalações;*

*b) compatibilidade eletromagnética; e*

*c) consumo de energia;*

É claro que referida exigência pelo Governo Federal foi objetivar as compras seguras de equipamentos considerados bens de informática, onde se incluem **fragmentadoras de papéis**, regulamentada pela **Portaria 170/2012, Anexo A, do INMETRO**, conforme planilha abaixo.

ANEXO A – EQUIPAMENTOS ABRANGIDOS E SEUS RESPECTIVOS REQUISITOS AVALIADOS

Grupo	Equipamentos	Requisitos Avaliados	
		Segurança e Compatibilidade eletromagnética	Eficiência Energética
Equipamentos Bancários	Caixa de autoatendimento bancário	X	-
	Terminais de consulta e de autoatendimento	X	-
Máquinas de processamento de dados e texto e equipamentos associados	Servidores	X	-
	Terminal Cliente ( <i>thin client</i> )	X	-
	Equipamento para armazenamento de dados ( <i>storages</i> )	X	-
	Estação de trabalho ( <i>workstation</i> )	X	-
	Computadores de mesa	X	X
	Computadores de mesa integrados	X	-
	Computadores Portáteis ( <i>notebook, laptop e netbook</i> )	X	X
	Equipamento digitalizadores de texto e imagem ( <i>scanners</i> )	X	-
	Impressoras	X	-
	Plotters	X	-
	Monitores (ver Nota1)	X	-
Equipamentos eletroeletrônicos para uso em escritórios	Calculadoras	X	-
	Copiadoras	X	-
	Fragmentadora	X	-
	Equipamento manipulador de folhas de papel	X	-
	Máquinas de triagem de papel	X	-
	Encadernador elétrico	X	-
	Grampeador elétrico	X	-
Outros equipamentos de tecnologia da informação	Projetores e <i>datashow</i>	X	-
	Fontes de alimentação chaveadas para Equipamentos de Tecnologia de Informação (ver Nota2)	X	-

**Nota 1:** estão abrangidos somente os monitores para uso associado ao computador. Equipamentos de TV não estão abrangidos.

**Nota 2:** estão incluídas neste item as fontes de alimentação destinadas à venda direta ao mercado.

Veja que a sobredita planilha, extraída da Portaria 170/2012, exigiu apenas dos *computadores de mesa e computadores portáteis (notebooks, laptops e netbook)* a **Certificação de Eficiência Energética** (consumo de energia), excluindo, portanto, todos os outros bens de informática, inclusive as fragmentadoras de papéis.

Posto isso, para que o edital atenda aos princípios norteadores da licitação, em especial ao da **legalidade e o da ampla concorrência**, sugere-se o seguinte texto:

*O licitante deverá, na fase de habilitação, apresentar Certificado de Segurança ao Usuário e Instalações e Certificado de Compatibilidade Magnética de acordo com as Normas IEC 60.950 e 61.000, emitidos por laboratório técnico nacional credenciado pelo INMETRO ou no caso de equipamentos importados, estes certificados também poderão ser emitidos por laboratório estrangeiro acreditado pelo INMETRO pelo acordo de reconhecimento mútuo do ILAC, (International Laboratory Accreditation Cooperation), do qual o Brasil é signatário.*

Frise-se que o objetivo da Impugnante é informar e colaborar com este órgão licitante para que o processo não seja objeto de questionamentos futuros por desatendimento à estrita legalidade a qual a Administração está vinculada.

### **III – DO EQUIPAMENTO QUE ATENDA A SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS – SISTEMA DE GERENCIADOR DE ENERGIA**

A descrição da fragmentadora está bem elaborada, todavia, existe um requisito muito importante que não é mencionado no edital, que é o **Sistema de Economia de Energia**.

Normalmente fragmentadoras possuem um sensor ótico na abertura de inserção (Boca da Fragmentadora), onde quando posto o papel a fragmentadora começa a fragmentar automaticamente, ou seja, quando o sensor de presença detecta o papel o equipamento aciona e quando acaba de fragmentar os

papeis, caso o sensor não detecte mais papeis, a fragmentadora ficará em espera, sem funcionar, contudo, o seu sistema de leds e sinalizadores ficarão acesos, consumindo energia elétrica desnecessariamente.

O Sistema de Gerenciamento de Energia (Sistema de Economia de Energia) desliga o equipamento após determinado tempo sem utilização promovendo economia de energia, à noite e principalmente aos finais de semana, quando não há expediente durante todo o dia, evitando desperdício de energia elétrica.

Aproximadamente *20 segundos* após o término da operação de fragmentação, o sistema de economia de energia, que também pode ser chamado de ENERGY SMART, desligará o indicador ótico, leds e luzes de sinalização e a fragmentadora ficará em no modo de espera (Stand-by) com consumo de energia próximo de zero.

O sistema de gerenciamento de energia ENERGY SMART pode economizar até 10 KW de energia elétrica ao ano e reduzir aproximadamente 65 Kg de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) que estaria sendo adicionado à atmosfera para gerar a energia economizada pelo sistema ENERGY SMART.

Sempre que uma folha de papel for introduzida na sua fragmentadora, os sensores eletrônicos ativarão automaticamente todas as funções da fragmentadora e os indicadores óticos acenderão novamente.

Veja que o sistema apresentado atende plenamente a diretriz constitucional de sustentabilidade para preservação das gerações futuras, nos termos do art. 225 da Constituição Federal, que assim prescreve:

“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de

vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.”

Não obstante a isso, a legislação, partindo da premissa constitucional do art. 225 da CF/88, várias outras normatizações foram publicadas determinando critérios e práticas de sustentabilidade, em especial nas contratações públicas, como a IN nº 01/10 da SLTI/MPOG e o Decreto nº 7.746/12, e estabelecendo a aplicação da margem de preferência nas contratações públicas, a exemplo do Decreto nº 7.174/10 e do Decreto nº 7.546/11.

Posto isso, sem considerar a questão energética, não há sustentabilidade. Sem energia a economia não se desenvolve. E se a economia não se desenvolve, as condições de vida das populações se deterioram.

Assim, para que possam fazer uma compra mais econômica e do ponto de vista sustentável, recomendamos que seja solicitado SISTEMA DE ECONOMIA DE ENERGIA QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE A FRAGMENTADORA APÓS CERTO TEMPO DE USO.

#### **IV – DA NECESSIDADE DE ABERTURA E COMPARTIMENTO EXCLUSIVO PARA COLETA DOS FRAGMENTOS DE CD’S, DVD’S E CARTÕES MAGNÉTICOS.**

Não obstante as inadequações acima suscitadas verificou-se que as fragmentadoras licitadas deverão ter “**capacidade de corte para CDs/DVDs e cartões**”, de modo que se recomenda incluir na especificação que a fragmentadora tenha compartimento exclusivo para coleta dos referidos fragmentos.

Atualmente, em razão da conscientização ambiental em face da sustentabilidade, os fabricantes de fragmentadoras vêm atualizando seus projetos para incluir abertura e compartimento exclusivo para coleta dos fragmentos de Cd’s, Dvd’s e cartões, para que os papéis não sejam contaminados e possam ser reciclados facilmente.

O mercado tem se adaptado as novas tendências, projetando máquinas mais modernas, praticamente com o mesmo custo, decorrente da obrigação legal e principalmente por questão de consciência ecológica, buscando-se atender a sustentabilidade.

Em 19 de janeiro de 2010 foi publicada Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Veja o que dispõe os arts. 1º a 3º da IN SLTI/MP nº 01/2010, in verbis:

*“Art. 1º Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.”*

Ainda, para corroborar a sobredita ideia, recentemente entrou em vigência o Decreto Federal nº 7.746/2012, regulamentando o Art. 3º da L. 8.666/93, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, como também inovando ao instituir a comissão interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm)

Além disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, lei nº 12.305/2010 conhecida e batizada como “**Lei do Lixo**”, prevê sistemas de descarte dos resíduos sólidos, prevendo programas a serem criados para a implantação e fiscalização desse descarte.

Esta mesma lei dispõe que **a partir de 2014 ficará proibido de colocar em aterros sanitários qualquer tipo de resíduos que sejam passíveis de**

**reciclagem ou reutilização** de modo que os Estados que não possuem coleta seletiva terão de normatizar e implementar.

Incontestável, portanto, a tendência contemporânea de preocupação com os interesses difusos e em especial com o meio ambiente (Art. 225, V, da CF/88).

Atualmente, visando atender as necessidades de um novo setor, que prima pela reciclagem consciente, e ainda, em atenção a legislação vigente e futura, muitas fragmentadoras de papel, quase a maioria dos modelos, disponibilizam de cesto coletor separado para cada fragmento. Portanto, não há que se preocupar em restrição da competitividade, **mesmo porque referida exigência decorre de lei!**

Frise-se que para essas fragmentadoras, ao destruir papeis, seus destroços são direcionados automaticamente ao cesto coletor exclusivo, mesmo ocorre com os demais materiais rígidos, provenientes do plástico e metais.

Assim, não há qualquer benefício ao órgão adquirir máquinas ultrapassadas, e que impossibilitam uma **coleta seletiva sustentável**, sem dizer que, por força da legislação decorrente de orientação constitucional, referidos equipamentos deverão ser substituídas em pouco tempo de uso pelo desatendimento ao comando normativo, o que trará vultosos prejuízos a este órgão!

Portanto, para que este órgão realize uma compra responsável e eficiente no aspecto ecológico, bem como a adequação do presente instrumento convocatório a estrita legalidade, é de suma importância que haja a exigência de **abertura e compartimento exclusivo para coleta dos fragmentos de Cds/Dvds e cartões**, é necessária, fundamental e bastante Legal para a tão importante sustentabilidade nacional.



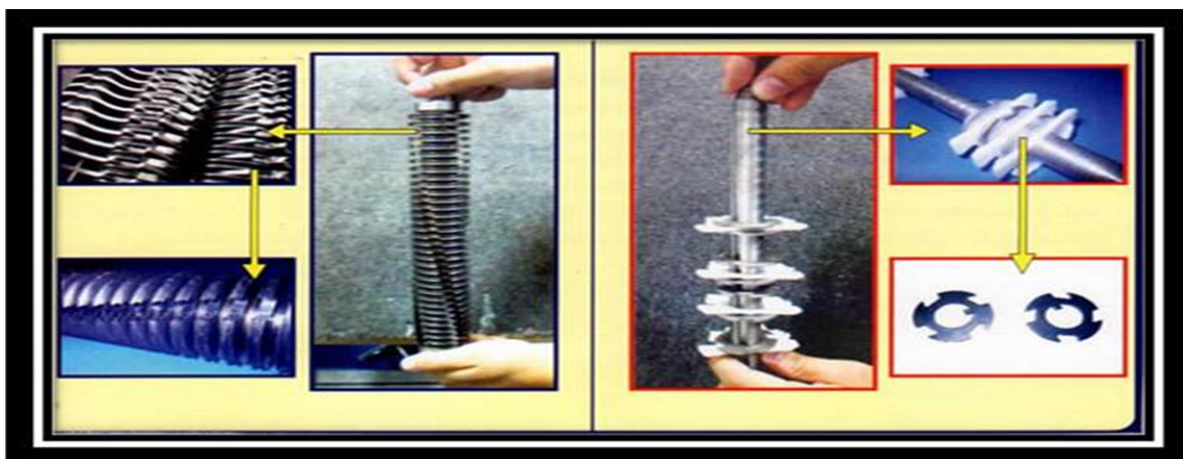
**V – DA AUSÊNCIA DA EXIGÊNCIA DE CILINDROS MACIÇOS NAS FRAGMENTADORAS – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA, IGUALDADE E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.**

Ausente do ato convocatório a exigência de cilindros maciços, importa informar que os cilindros de corte nas fragmentadoras podem ser fabricados em uma única peça em aço maciço ou através de discos finos de chapa encaixados em um eixo de diâmetro fino.

A diferença entre os **cilindros maciços, ou inteiriços** e os cilindros montados com discos finos é que os cilindros montados por vários discos se danificam rapidamente, pois os discos acabam saindo do lugar com o travamento por excesso de papel, sem dizer que o seu constante atrito faz espanar os cilindros fazendo criar folgas entre si, com esta folga entre os discos a fragmentadora começa a mastigar o papel ao invés de cortá-lo.

Os discos finos que montam os cilindros das fragmentadoras de uso doméstico não recebem tratamento térmico de têmpera por indução e por isso se desgastam facilmente, pois não são projetados para o atrito que acontece durante a destruição de materiais de dureza maior como clipes e grampos.

Em um cilindro de corte maciço esse deslocamento e folga entre os dentes não acontece, pois se trata de uma peça inteira o que não possibilita o deslocamento de seus dentes de corte, sendo muito mais resistente ao atrito que acontece durante a fragmentação de papéis, clipes e grampos de aço, veja a ilustração abaixo.



O Instrumento Convocatório deve ser retificado para fazer exigência de que **todas as fragmentadoras possuam cilindros maciços**, sob pena de violação ao Princípio da Isonomia, da igualdade e da Proposta Mais Vantajosa.

Isso porque, do contrário, esta entidade estaria privilegiando determinadas empresas em prol de outras, considerando que algumas ofertarão equipamentos de péssima qualidade, cujo valor é bem menor em detrimento daquelas que ofertarão fragmentadoras de boa qualidade, em atendimento ao Princípio da Eficiência.

Ante todo o exposto, com o objetivo de levar a efeito uma licitação vantajosa e eficiente, em razão da aquisição de uma fragmentadora de qualidade e duradoura para uso departamental, requer-se seja incluída exigência de fragmentadoras com **Cilindros de Corte Maciços**.

## **VI – EDITAL NÃO MENCIONA O TIPO DE MATERIAL QUE AS ENGRENAGENS E PENTES RASPADORES DEVERÃO SER FEITOS**

### ***Das engrenagens metálicas***

Em análise do edital, identificou-se que não foi mencionado o tipo de material deverão compor as engrenagens das fragmentadoras, com isso, é certo que este órgão poderá receber fragmentadoras com engrenagens plásticas, o

que as deixa com um custo menor, mas tende a se desgastar e quebrar em pouco tempo de uso.

Neste caso, sendo as engrenagens de plástico, diante de quaisquer travamentos bruscos, o que sempre acontece com a inserção de mais folhas que a capacidade máxima do equipamento, inevitavelmente elas serão as primeiras peças a serem danificadas.

Assim, é imprescindível que as fragmentadoras possuam todas as **engrenagens de metal**, isso fará com que se realize uma licitação eficiente e vantajosa com a aquisição de um equipamento duradouro e que atenda efetivamente as necessidades desse órgão.

Importante lembrar que todas as empresas que comercializam fragmentadoras projetadas para escritórios, tanto possuem engrenagens plásticas ou de metal, ressaltando que essas características não direcionam a uma determinada marca ou fabricante, podendo perfeitamente constar do edital sem restringir o rol de licitantes.

Na correria do dia a dia, pela falta de tempo e paciência, normalmente os usuários não contam os papéis para inserção, na prática, é juntado um bloco de papéis, na maioria das vezes, acima da capacidade máxima do equipamento e, quando inserido na fragmentadora, ocasiona um travamento brusco e, sendo as engrenagens de plástico, esses travamentos ocasionarão o seu desgaste muito rapidamente, resultando em frequentes manutenções e custos desnecessários com peças para reposição.

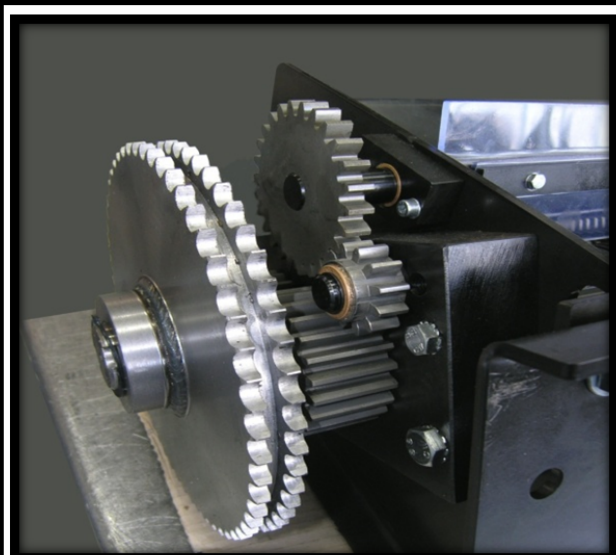
Assim, caso o ato convocatório permaneça omissivo quanto a exigência dessa característica, certamente receberá equipamento com engrenagens plásticas, porque são bem mais baratas.

Além dessas informações, ressalta-se que também existem fragmentadoras com engrenagens mistas no mesmo equipamento, ou seja, engrenagens de plástico e de metal, conforme ilustrações abaixo, senão vejamos:

Todas as Engrenagens Plásticas



Todas as Engrenagens Metálicas



Conforme visto, é imprescindível à retificação do edital exigindo que todas as engrenagens sejam de metais, é o que desde já se requer!

### ***Pentes raspadores metálicos***

O edital também não mencionou nada a respeito do tipo de material que deverão compor os pentes da fragmentadora. Assim, caso não seja mencionado nada acerca disso, certamente este órgão receberá ofertas de

equipamentos muito mais baratos em razão do material composto (plástico), o que ocasionará frequentes manutenções pela fragilidade do equipamento.

Quando esses pentes são de plásticos, eles se desgastam facilmente com a ação contínua dos papéis e principalmente dos metais como grampos e cliques, fazendo com que os mesmos se desgastem e quebrem frequentemente.

Por isso da importância que as fragmentadoras licitadas tenham **pentas raspadores metálicos**, pois resistem à ação do papel que é um material cortante, bem como dos grampos e cliques, evitando, assim, manutenções indesejadas e frequentes, veja a diferença entre eles nas figuras abaixo:

Pentas raspadores Plásticos.



Pentas raspadores Metálicos.



Posto isso, para o atendimento da eficiência do presente procedimento licitatório, **faz-se necessária à exigência de fragmentadoras que tenham todos os pentes e engrenagens metálicas**, com vistas à aquisição de um equipamento de qualidade e duradouro.

## **VII – DA AUSENCIA SOBRE A ABERTURA MÍNIMA DE INSERÇÃO DO PAPEL.**

Não obstante as incorreções acima apontadas, o edital também não mencionou a inserção mínima do papel que a fragmentadora deverá possuir o que caracteriza informações obscuras/sigilosas, expressamente vedado por lei.

Esse tamanho de abertura no equipamento é muito importante e não pode ser estreito o suficiente a ocasionar dificuldades aos usuários inserirem os papéis na máquina, fazendo com que percam um tempo desnecessário em dias de labor.

O *papel padrão A4 tem 210 mm de largura*, o tamanho da abertura indicada seria de no *mínimo 250 mm*, para assim haver uma folga suficiente para que as laterais não dobrem, evitando a obstrução de papeis e danificação do equipamento.

Ressalta-se que uma a abertura muito pequena exigirá que os usuários insiram os papéis de forma bastante alinhada e centralizada, com muita precisão, isso faz da utilização da fragmentadora um ato desconfortável e com grande perda de tempo.

Assim, caso os papéis sejam inseridos levemente inclinados, o que é procedimento comum, a folga insuficiente fará com que as laterais do papel se dobrem e passem dobrados nas lâminas de corte, o que poderá travar o equipamento e reduzir a sua capacidade de fragmentação, pois, naquele ponto de dobra, o equipamento estará cortando o dobro de folhas previsto e assim ocorrerá um congestionamento de papéis.

Por isso, recomenda-se que seja incluído no instrumento convocatório o tamanho da abertura de inserção para no mínimo 250 mm, dimensão essa amplamente comercializada pelos fabricantes e seus representantes.

### **VIII – DA EXIGÊNCIA AO VOLUME DO CESTO QUE RESTRINGE A COMPETITIVIDADE.**

Da análise do edital, foi identificada a exigência do volume do cesto de **72 litros no total, sendo 65 litros para papel e 7 litros para cartão, cd e grampo**, entretanto para o equipamento licitado do certame, o volume do cesto será de no **mínimo 60 litros**.

Tendo em vista que mantendo a descrição do equipamento licitado, a referida exigência restringe sobremaneira a participação de diversas licitantes que comercializam fragmentadoras com descrição similar, violando os princípios da competitividade e da busca da proposta mais vantajosa, considerando que a maioria dos equipamentos comercializados, face às descrições declinadas, possui cesto **mínimo de 60 litros**, como é o caso da impugnante.

Caso o edital permaneça da forma como está, dará margem a diversos questionamentos, pois a referida descrição prejudica sobremaneira a participação de várias possíveis proponentes que poderiam elaborar propostas de suas fragmentadoras.

O volume do cesto é imprescindível para escolha do equipamento a ser ofertado pelos licitantes, porém, o mínimo de litros do volume do cesto tem que se adequar ao equipamento que está sendo licitado, isso porque, caso a exigência se mantenha, obrigatoriamente o restante das descrições deverão ser forçosamente majoradas, considerando não existir no mercado fragmentadoras de com as descrições informadas..

Assim, em atenção à ampla concorrência face aos diversos equipamentos similares comercializados no setor, identificou-se que pelas descrições edilícias da máquina licitada, a retificação do item para exigência de um

cesto **MÍNIMO de 60 litros**, amplamente comercializado, trará mais eficiência na contratação, conforto e comodidade para todo o setor.

#### **IX – DA EXIGÊNCIA DE PESO, COR E DIMENSÕES QUE DIMINUEM ASSUSTADORAMENTE O ROL DE COMPETIDORES**

Em análise do edital, também se identificou a exigência de “*peso 45kg*”, “*cor preta*” e “*dimensões proximadas: 390 x 290 x 900mm*”, sem, no entanto, existir qualquer justificativa técnica que a fundamente.

Ressalta-se que referidas exigências não traz nenhum benefício a este órgão licitante, servindo-se, tão somente, como flagrante restrição da competitividade, pois a descrição do objeto não pode servir como inibidor da competição, mas sim, ampliá-la o máximo possível, desde que não prejudique a finalidade almejada.

A imposição de **cores, dimensões ou pesos**, não podem fazer parte de um ato convocatório, **exceto quando devidamente fundamentado**, pois a Administração deve cuidar para não especificar demasiadamente o objeto de forma a direcioná-lo a um, ou, alguns fornecedores, em absoluto descompasso dos Princípios Licitatórios.

Os itens mencionados exigem que as fragmentadoras licitadas sejam entregues com **peso, cor e dimensões exclusivos**. Porém, é sabido que tais descrições pertencem somente a determinadas empresas do ramo, o que impede a participação das demais concorrentes.

É óbvio que esse órgão não pretendeu direcionar a presente licitação, contudo, como já demonstrado, **exigências impertinentes** se encontram restringindo de forma involuntária a participação de diversas empresas, dentre as quais a Impugnante.



O direcionamento da licitação, ainda que involuntário, é prática totalmente vedada tanto pela Lei de Licitações, quanto pela doutrina pátria. Nos dizeres da Professora Dora Maria de Oliveira Ramos<sup>1</sup>:

*“Deve a entidade licitante, no entanto, cuidar para não especificar o bem de forma a direcionar o procedimento a um único fornecedor.”*

Ainda, nunca é demais lembrar o disposto no Parágrafo Primeiro do artigo 3º da Lei nº 8.666/93:

*“§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;”*

Neste sentido já decidiram nossos Tribunais Pátrios, senão vejamos:

*“APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PÚBLICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA ENTRE CONCORRENTES. EXTRAPOLAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO. CARÁTER DE ORDEM PÚBLICA. SOLUÇÃO CORRETA DADA PELA SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*(...)*

*A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO LICITATÓRIO POSTO NO EDITAL DEVE RESPEITAR LIMITES QUE POSSIBILITEM A PLURALIDADE DE CONCORRENTES.*

*(...)Quando se menciona “seleção da proposta mais vantajosa” pressupõe que há uma pluralidade, concorrência entre interessados para se habilitar no processo licitatório.*

*Logo, a identificação dos tipos de equipamentos, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados, não podem frustrar o caráter competitivo da licitação.*

*Preceitua também a Lei n. 8.666/93, em seu art. 7º, §5º, que é expressamente vedada à realização de licitação cujo objeto inclua bens sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.*

---

<sup>1</sup> Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos Administrativos, 4ª edição, Malheiros, São Paulo, 2000, p.65.

*O apelante, observando o princípio da economicidade, afirma que as especificações visam atingir maior custo-benefício, viabilizando a habilitação de apenas uma empresa. No entanto, tem de se sopesar princípios que vinculam os atos licitatórios.*

**Nesse sentido, entendo que o princípio da isonomia, entre os concorrentes possui maior carga valorativa, pois, o seu fundamento de validade encontra-se diretamente na Constituição Federal e reflexamente atinge o fim de economia e efetividade no exercício das atividades administrativas.**

*Cabe gizar ainda que todos os fundamentos até o momento exposto são legais e não se pode ignorá-los diante de um ato do Poder Executivos Municipais, que deveria observá-los antes mesmo da elaboração do edital de licitação. Na hipótese dos autos, a sentença expressamente anulou a licitação pública, modalidade tomada de preço n. 055/2002, a partir do edital, em face da ilegalidade quanto às especificações do objeto do certame.*

*Nesse passo, compartilho do entendimento da Procuradoria-Geral de Justiça (f. 140 TJMS) de que a anulação atinge os atos praticados a partir de seu edital.*

*Sendo assim, aproveita-se a fase interna possibilitando a alteração quanto às especificações e publicação de novo edital, que permita a ampla concorrência”.<sup>2</sup>*

Posto isso, desejando participar da presente licitação, **requer sejam excluídos referidas exigências as quais exigem “peso, cor e dimensões” exclusivas, a fim de preservar a ampla competitividade.** É o que desde já se requer!

**X – DA AUSENCIA NO EDITAL SOBRE O TIPO DE REVERSO O QUAL A MÁQUINA DEVERÁ POSSUIR – MANUAL/AUTOMÁTICO.**

Em análise do edital, também não foi encontrado menção sobre o tipo de reverso que a fragmentadora licitada deverá possuir. Pelas descrições do objeto constantes do presente instrumento convocatório, presume-se ser o sistema de **reverso automático**, senão vejamos.

Com o objetivo de subsidiar este órgão com informações importantes, ressalta-se que o sistema reverso é uma função do equipamento que

---

<sup>2</sup> Apelação Cível nº 2003.008909-8. Tribunal: Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul. Julgamento em 26/FEV/2008. Relator: Sérgio Fernandes Martins

tem a finalidade de preservá-lo de possíveis avarias ao tentar utilizá-lo de forma inadequada.

Isso ocorre quando o usuário insere mais folhas que a capacidade máxima do equipamento, é aí que ocorre o seu travamento pelo bloqueio das folhas que foram inseridas a mais, causando inevitavelmente a danificação do motor.

No caso de o equipamento possuir *reverso manual* o risco de danificação é eminente pela utilização inadequada, sem dizer que a durabilidade do equipamento é menor pelos reiterados travamentos voluntário, o que causará a este órgão custos de manutenção não previstos em orçamento.

No *reverso manual*, quando é inserido folhas a mais da capacidade do equipamento, o motor para, mas não tem a função de retroceder as engrenagens para devolução dos papéis excedentes e, para desobstrução do equipamento, o usuário deverá manualmente utilizar o botão de retrocesso, fazendo com que os cilindros soltem os papéis entalados. Isso quando não é empregada força física para puxá-los da engrenagem, o que geralmente acontece!

Nesse caso, ao utilizar inadequadamente a fragmentadora para retrocesso dos papéis que excederam de sua capacidade, os pentes, as engrenagens e os cilindros de corte são facilmente desregulados, quando não danificados, resultando em manutenções, reposições de peças e ausência do equipamento no órgão para conserto.

Riscos de danos como esses apontados, manutenções reiteradas e dispêndio de valores não previstos em orçamento para reposição de peças em fragmentadoras que possuem *reverso manual*, não ocorrem em equipamentos de **reverso automático**, senão vejamos.

Em fragmentadoras que possuem **reverso automático**, quando o usuário insere papéis a mais de sua capacidade máxima, o sistema identifica automaticamente o volume excedente e de pronto envia um comando para o equipamento parar.

Quando isso ocorre, **automaticamente** a fragmentadora retrocede as engrenagens e devolve o volume excedente ao usuário, resultando na preservação e maior durabilidade do equipamento lícitado.

Posto isso, recomenda-se, portanto, que este órgão realize a licitação de fragmentadoras que possuam **reverso automático**, com objetivo de adquirir equipamentos duráveis e que possa atender de forma eficiente as suas necessidades para destruição contínua e regular de documentos confidenciais, é o que desde já se requer!

#### **XI – DO PEDIDO**

Por todo o exposto, a CASA DAS FRAGMENTADORAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS EIRELI-ME, ciente da seriedade da *Presidência da República*, bem como desse ilustre Pregoeiro, requer seja o presente pedido JULGADO PROCEDENTE, esperando que as irregularidades ora apontadas sejam devidamente apuradas e corrigidas, sob pena de restar frustrado todo o procedimento licitatório realizado.